

# O fardo da história e o dever de lembrar

*Antonio Luiz Macêdo e Silva Filho\**

## Resumo

O texto aborda algumas relações entre história, memória e passado a partir de fragmentos do filme argentino "A história oficial". Discutem-se as pressões do esquecimento a serviço dos interesses do regime militar e a necessidade das lembranças como forma de luta em prol dos direitos humanos. Em meio aos conflitos pelo uso legítimo do passado, o historiador deve tomar a memória como objeto de conhecimento e assumir uma postura ética para com o passado, através da narrativa baseada em rastros e da articulação entre as diferentes temporalidades do mundo social.

**Palavras-chave:** história, memória, passado, documento, narrativa, esquecimento, temporalidades, rastro.

[...] o tempo não é uma corda que se possa medir nó a nó, o tempo é uma superfície oblíqua e ondulante que só a memória é capaz de fazer mover e aproximar.

José Saramago

## **Advertência preliminar**

O presente artigo visa elucidar algumas relações entre memória, história e passado. Na consecução de seu escopo, parte de uma experiência histórica recente (os traumas provocados pela última ditadura militar argentina), na forma em que foi retratada por uma produção cinematográfica dos anos 1980 – o longa-metragem “A história oficial.”<sup>1</sup> Apesar do contínuo esforço da historiografia contemporânea em propor um tratamento específico e meticuloso para as diversas linguagens que atravessam as tipologias de fontes (audiovisual, poesia, pintura, artes cênicas, jornalismo, exposição museográfica etc.), esta reflexão não tenciona tomar o filme propriamente dito como centro da investigação, mas focaliza questões suscitadas por sua narrativa. Não há, portanto, qualquer ambição de efetuar uma análise semiótica centrada nas características internas do respectivo filme. Interessa, sim, desenvolver algumas trilhas de interpretação inspiradas nas táticas do cotidiano, brilhantemente observadas por Michel de Certeau, cujo aspecto definidor é a necessidade permanente de “jogar com os acontecimentos para os transformar em ‘ocasiões’.” (CERTEAU, 1996, p. 47) Noutras palavras: tomar uma sucessão de eventos particulares como ensejo para perscrutar as implicações políticas da utilização do passado no tempo presente. Nessa perspectiva, o enredo de uma peça cinematográfica pode, oportunamente, servir à discussão mais geral que articula os nexos entre vestígio histórico, memória e poder.

## **Um filme de seu tempo**

No fim de 1983, a sociedade argentina reingressou na seara do Estado democrático de direito, após sete anos de ditadura militar.

Muitos de seus cidadãos buscavam, em meio a uma atmosfera de angústia coletiva, modos de lidar com a experiência e as lembranças dolorosas de um regime discricionário que se notabilizou pela truculência de seus prepostos e a sofisticação de seus métodos de extermínio. No calor da hora, as perdas mais aclamadas dirigiam-se aos jovens recrutados para a malograda campanha que culminou na Guerra das Malvinas – deflagrada contra a Inglaterra – cujo objetivo aparente seria a devolução, à república platina, do arquipélago sob o pavilhão britânico. Considerada por especialistas como o episódio mais desastroso da história militar do país, seu desfecho não foi apenas melancólico, mas revelador: descortinou a tentativa derradeira de um governo decadente para se perpetuar no poder, fazendo da invenção de um inimigo externo o estratagema – nada original – que se supunha capaz de aplacar as tensões e descontentamentos internos em nome da causa patriótica. O malogro da arremetida bélica decretou o ato final da ditadura, abrindo espaço a um difícil reencontro do povo argentino com as mazelas e arbitrariedades praticadas sob a égide da segurança nacional e do combate à subversão.

Diferentemente do esquema pouco criativo de forjar um conflito internacional com vistas ao recrudescimento do nacionalismo, o Estado autoritário desenvolveu, durante anos, métodos complexos para silenciar os opositoristas ao regime, ou simplesmente cercar figuras tidas como ameaçadoras à ordem institucional. As estratégias empregadas iam da delação ao assassinato, com emprego frequente de sessões de tortura, difamação pública e proscrição. Escusado mencionar o clima de suspeição generalizada que o governo incrementou por meio de uma rede de informantes e agentes infiltrados em sindicatos, movimentos civis e universidades. Em meio a este cabedal de recursos voltados à intimidação e à violência, sobejamente conhecidos das ditaduras modernas, sobressai, no entanto, um elemento inovador, que poderia ser reputado como a contribuição especificamente argentina à tecnologia da repressão: a fabricação sistemática de desaparecidos. Um cidadão transita pela

rua, está em seu local de trabalho ou no lar, junto à família. Agentes de segurança – na maioria policiais e militares – o prendem (ou seqüestram) sem qualquer respaldo legal. Conduzem-no a centros de detenção espalhados pelo país, espancam-no e por fim o assassinam. Seus parentes não recebem qualquer informação clara sobre os motivos dessa ação, promovida pelo governo, e recorrem durante anos aos Ministérios do Interior e da Justiça, à Igreja, aos altos escalões do exército, à imprensa, aos organismos de direitos humanos para requerer o direito de obter notícias de seus filhos, irmãos, sobrinhos, e lhes facultar um julgamento constitucional. Pela falta de registros explícitos do poder público, não se pode falar em números conclusivos, mas estimados. Ainda assim, a cifra causa espanto: entre 9.505 (dados da Conadep – Comisión Nacional sobre Desaparición de Personas) e trinta mil pessoas (alegação dos organismos argentinos de direitos humanos) desapareceram durante o regime militar.

Com o assalto do poder pelas forças armadas, em 24 de março de 1976, essas práticas de violação aos direitos humanos começaram a tomar grande vulto. O estado de exceção transpunha as fronteiras relativamente estáveis que o limitavam à esfera da luta política, invadindo a vida cotidiana e rompendo a tessitura dos laços sociais primários. Arbitrariedades como o seqüestro clandestino de cidadãos, encarceramento sem qualquer mediação jurídica, coações físicas, homicídio, invasão de domicílios e sonegação de informações sobre o estado e o paradeiro dos civis implicados. A junta militar que assumiu o governo foi considerada, por segmentos da população argentina, um recurso necessário à regulação da política e da sociedade, dado o alto grau de instabilidade que assolava a nação, marcado por ondas de violência de grupos guerrilheiros (como os Montoneros e o Ejército Revolucionário del Pueblo – ERP) e organizações de ultradireita, de feição nacionalista, notadamente a Triple A (Alianza Anticomunista Argentina).

A intervenção dos militares, ao destituir um governo constitucional minado em suas bases de sustentação, não configurava uma situação excêntrica. Era a sexta vez, desde os anos 1930, que o exército tomava a condução do país. De certo modo, costumava ser

visto como um ator social importante que temporariamente irrompia na cena pública, reconstruía o clima de tranquilidade política e institucional para então retornar aos quartéis. A sensação de ruptura ocasional mostrou-se equivocada quando as forças de repressão instauraram o terror de Estado, marcando claramente sua diferença em relação aos golpes anteriores. Em pesquisa de grande fôlego sobre os familiares de desaparecidos, Ludmila Catela (2001) salientou o mal-estar causado pela rememoração da ascensão dos militares em 1976. Nos depoimentos, assoma a dificuldade de separar esse momento inaugural da ditadura propriamente dita, período em que a barbárie grassou, alheia aos direitos humanos. O medo e o desamparo ante uma situação desconhecida são as primeiras respostas à ação indiscriminada das forças de segurança nacional, que agora poderiam atingir a vida de qualquer cidadão comum, independente de militância política ou polaridade ideológica.

Nas percepções do presente, vinte anos depois do golpe, sendo familiares de desaparecidos, 'ninguém diria' que via com bons olhos os militares assumirem o poder. Acostumados aos golpes militares, parecia ser mais um, como os anteriores, no sentido de que não influiria diretamente em suas vidas, que os membros de sua família não seriam afetados. O golpe, como os anteriores, prejudicaria os 'outros': 'subversivos', em primeiro lugar, peronistas e gente que 'estava na política', de forma secundária. [Os discursos dos entrevistados refletem a posterior tomada de consciência,] quando se viram frontalmente violentados, quando começaram a perceber que este era um golpe 'diferente' e que agora 'eles' mesmos também passavam a ser aqueles 'outros'. (CATELA, 2001, p. 55).

"A história oficial" se desenrola em um momento de ebulição política e mobilização cívica, quando, em proporções inusitadas, as notícias dos desaparecidos tomam a cena pública e inscrevem a necessidade de uma nação ajustar contas com o seu passado recente. Comícios, passeatas, ajuntamentos nas praças expressam a onda vigorosa de reivindicações populares, demandando a investigação dos crimes perpetrados durante o regime militar e a punição dos

responsáveis. Imersa na atmosfera de protestos civis e da crise econômica que se abatia sobre a sociedade argentina de então, a personagem principal da narrativa fílmica – Alicia – constrói um percurso individual em diálogo permanente com as vicissitudes da realidade política. Como tentativa deliberada de trazer à tona os impasses e dores que nascem sob o peso de um governo despótico – e a ele sobrevivem – o relato cinematográfico busca entremear os horrores da história e a tarefa ética da memória, quando o risco do esquecimento adquire os contornos de infâmia irreparável.

Alicia é professora de História, casada com um próspero homem de negócios (Roberto) e mãe de uma garotinha chamada Gaby. Leciona em um colégio para rapazes e prima pela disciplina e o respeito à hierarquia em sala de aula. Sua prática pedagógica está assentada em algumas balizas características do que se entende por ensino tradicional: o professor como encarnação da autoridade; o conhecimento histórico reduzido à miscelânea de datas e fatos; a desvinculação entre a realidade cotidiana e as temáticas abordadas na classe. De certo modo, Alicia parece a maior vítima das convicções que apregoa enquanto professora, tal o grau de alheamento demonstrado diante das questões prementes que agitavam o país. Ao longo do filme, a personagem empreende uma viagem singular de reencontro com as agruras da vida coletiva e passagens obscuras de sua trajetória pessoal. Um provérbio que se perde na sabedoria de tempos imemoriais afirma que nunca se volta para o mesmo lugar de onde se partiu: o périplo transforma, conjuntamente, o que se move (o viajante) e o que aguarda seu retorno (o ponto de origem). A pequena aventura de Alicia termina por conduzi-la à tomada de consciência dos abusos cometidos pelos detentores do poder, culminando na percepção de que parte da responsabilidade pelo sofrimento do outro cabe a todos os que silenciaram diante do terror de Estado, ou preferiram fingir que nada acontecia. O contato com a brutalidade dos eventos pode tanto fomentar a incredulidade quanto minar a possibilidade da indiferença. Alicia se esgueira pela segunda trilha: uma opção que traz a necessidade de redescobrir sua própria dor e, por meio dela, fazer justiça aos mortos do passado.

## **Um procedimento heterodoxo**

Para dar visibilidade às questões éticas e epistemológicas que pululam nas fímbrias do longa-metragem, optou-se por desmembrar a linha cronológica dos eventos retratados ao longo da película. Portanto, ao invés de reproduzir a lógica da sucessão histórica, que divide rigidamente o tempo em antes e depois, será levada a efeito uma operação de desmontagem e refiguração: determinados acontecimentos, distanciados na seqüência da narrativa, convergem em pontos de força delineados por sua pertinência teórica e densidade política. Segmentados e então reagrupados, estes fragmentos compõem núcleos eivados de problemáticas centrais para a reflexão em curso. De modo sintomático, emerge um impulso crítico, em dissonância com a ordem serial. Mais ainda: é justamente o ato subversivo de romper o encadeamento dos fatos que abre a possibilidade de conceber a multiplicidade temporal e investigar os sentidos não-evidentes do passado.

## **Além da prova documentária**

“A história oficial” traz, pelo menos, duas passagens eloqüentes na abordagem de registros históricos autorizados – os documentos – e sua relação com a idéia de verdade. A primeira se dá em meio a uma conversa íntima, quando Alicia pede a seu marido Roberto certos esclarecimentos acerca do dia em que sua filha chegou em casa. A menina Gaby foi adotada pelo casal, ainda recém-nascida, e ignora o paradeiro de seus pais biológicos. De fato, ela sequer desconfia de sua filiação paralela. Alicia, por seu turno, nunca soube exatamente as circunstâncias ligadas ao nascimento e aos genitores da garotinha trazida por Roberto, naquela data, cinco anos antes. Desde então, os dois prometeram nunca mais tocar no assunto. Mas o silêncio duradouro se tornou incômodo, havia perguntas que clamavam por respostas, e o desdém de Roberto não tinha outro propósito senão enterrar, definitivamente, os indícios passíveis

de revelar as origens de Gaby. As inquietações de Alicia, bem como a suspeita – ainda incipiente – de que sua filha pudesse ser órfã de vítimas do regime<sup>2</sup>, começavam a gerar temores recônditos e ampliavam o crescente distanciamento do marido. Instado, outra vez, a falar dos eventos que cercavam a procedência da criança, Roberto foi categórico: alegou que a certidão de nascimento indicava o que era preciso saber. O registro escrito, sob a chancela oficial, trazia Gaby como filha legítima do casal, nascida na mesma data em que fora conduzida àquela casa. Não interessam os eventos decorridos. O documento assegura a realidade histórica, funciona como testemunho e garantia da verdade do passado. Adiante será aquilatada a validade dessa premissa, tão potencialmente perniciosa e sedutora, quanto maior sua difusão no senso comum.

Um outro momento do filme retrata uma discussão metodológica em sala de aula, concernente ao modo pelo qual o historiador tem acesso aos materiais deixados pela ação dos homens, deliberada ou não, e por meio deles constrói sua narrativa do passado. Ao comentar os trabalhos escritos por seus alunos, Alicia se detém particularmente naquele que declara o assassinato de um ativista político argentino (Mariano Moreno) no início do século XIX, em flagrante oposição ao relato oficial, que atestou morte por afogamento. Desse choque frontal de oposições emergem perguntas inquietantes: o passado permite mais de uma versão? No embate de perspectivas sobre os eventos decorridos, há critério para distinguir o falso (ou forjado) do verídico? De que formas a história conduz um trabalho de escrutínio e inteligibilidade do passado?

Seria conveniente adentrar o labirinto de Clio visitando os argumentos de Alicia. Ante a denúncia explícita de que a história não passa de um exercício de poder a serviço dos grupos que venceram os conflitos pretéritos e fizeram prevalecer seus interesses, uma indagação aparentemente simples desconcerta o aluno rebelde: em que livro se encontra a referência ao homicídio de Mariano Moreno? A réplica guarda um misto de esquivas e desafio: uma informação tão contundente não poderia ser acolhida pelo saber escrito; seu registro está no murmúrio anônimo das gerações, transmitido com a cautela



dos que mantêm segredos de conspiração. Se, ao longo da altercação, Alicia profere a última palavra, parece claro que isto se deve ao lugar institucional que ocupa e representa: detentora do saber/poder sancionado, sua figura descortina a hierarquia dos discursos em jogo e fortalece a assimetria do diálogo. Nas advertências da professora, ecoa um postulado caudatário da erudição oitocentista: sem documento não há história. Uma vez que o conhecimento histórico é assentado em vestígios – referentes palpáveis do curso das ações humanas – sua investida sobre o passado guarda compromissos distintos dos efetuados pela narrativa de ficção. Há um dever de ofício que constrange o historiador no “manuseio” da imaginação: esta opera dentro de limites e circunstâncias assinalados pela existência de registros dos tempos que se passaram – os documentos. Noutros termos: a história, enquanto campo de conhecimento, tem por baliza os indícios herdados do passado ou por ele fabricados, porquanto não existe ligação imediata e direta com fatos – eles também resultantes da construção retórica e epistemológica dos historiadores.<sup>3</sup>

Das perplexidades e ambivalências expressas na película, movidas pela noção de documento, resta a impressão forte do saber oficial como instância a que se outorga o juízo último sobre a veracidade ou fraude dos resquícios temporais. Entretanto, a justaposição das cenas gera um valioso efeito de ironia: quando situada diante da certidão de nascimento da filha – registro governamental deliberadamente forjado para ocultar a verdade –, o estatuto privilegiado que Alicia atribui aos materiais escritos – nomeadamente os livros – cria uma situação inusitada, desvelando as ciladas de uma crença ingênua no caráter fidedigno da escrita. Como bem observou Jacques Le Goff, os métodos especializados para aferição de autenticidade, que reportam às ditas ciências auxiliares da história, deixam intocada a questão fundamental: todo documento, seja ou não falsificado, é um engodo, no sentido de que manifesta as intenções de um grupo ou sociedade de legar às gerações vindouras certa imagem de sua própria época. Recebido como matéria-prima de uma montagem incessante e conflituosa do passado, o documento se investe do poder de evocação da lembrança: torna-se monumento.

No trajeto sinuoso dessa reflexão, o registro cartorial de Gaby cumpre, a um só tempo, a função de prova e embuste: serve de garantia à perpetuação da memória hegemônica (a do regime militar) e traz a lume a presunção falaciosa de converter relatos inscritos no papel em guardiões da verdade histórica. A advertência parece clara: não há documento livre de suspeição, e cabe ao historiador empreender o exame crítico das forças sociais que propiciaram a transmissão dos fragmentos do passado à contemporaneidade.

Ao longo da discussão travada em sala de aula, a necessidade da crítica das fontes ganha um teor superlativo. Através das contestações feitas ao saber oficial, o aluno intempestivo de Alicia leva o questionar do documento à radicalidade, sugerindo uma nova disposição heurística que vislumbra a dignidade ética e o valor político da memória coletiva. Em meio a recordações dispersas, repassadas na cadeia das gerações, emergem vozes dissonantes que não se contentam em afrontar a história edificante dos livros. Elas ultrapassam a denúncia e, assim, emitem uma proclamação intrigante: tudo poderia ter sido diferente.

A História não é, pois, a passagem de um amontoado de fatos desordenados a idéias abstratas atemporais. Como trabalho de pensamento, ela é 'a retomada de operações culturais começadas antes de nós, seguidas de múltiplas maneiras, e que nós 'reanimamos' ou 'reativamos' a partir do nosso presente'. Operações culturais capazes de 'abalar a imaginação' para que possamos conceber, como escreve Merleau-Ponty, toda a sorte de possíveis dos quais não temos experiência. (NOVAES, 1992, p. 11).

Se nosso presente consiste numa variante destacada do universo de acontecimentos possíveis que ficaram em suspenso, então o passado nunca se reduz a séries de acontecimentos consumados. Ao contrário, ele constantemente restitui sua força vital no fluxo das lembranças que atravessam as épocas e ganham uma sobrevida na recriação constante de seus enredos e projeções de futuro.

Existe, portanto, algo assim como uma contra-memória, um lembrar-se contra, e essa contra-memória torna possível algo que é, para nós, o que há de mais surpreendente na teoria da história de Benjamin, a saber, concebemos o passado como algo inacabado, algo que não está fechado. Portanto, se a memória vai ao arrepio da história, o passado ainda não está encerrado. Fica em aberto e pode ser usado, portanto, como ponto de referência da utopia. (BOLZ, 1992, p. 28).

Ao ser arrancado da linha do tempo pela evocação do presente, o passado acentua a potência de seu enigma: a de ser, simultaneamente, algo factível, que já ocorreu, mas que ao ressurgir no instante atual nunca se apresenta idêntico a si próprio; vem sob a forma de rastros, e é transformado por esta aparição no momento fugidio de sua captura pela reflexão contemporânea, como nos adverte a bela proposição de Walter Benjamin (1994, p. 224): “Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo.”

Esse perigo se define na ameaça da perda irremediável da imagem do passado. Sua existência está marcada pelo fenecer repentino, guarda o cunho precário de qualquer criação imersa na temporalidade, portanto sujeita à morte. Daí a tremenda urgência e a agilidade necessárias à busca das sementes do tempo que ainda não germinaram, constantemente suscetíveis a um perecimento definitivo. Cada momento reverbera esse apelo das gerações precedentes que se dirige ao presente – tempo fragmentário, descontínuo, acelerado, autofágico, mas ainda capaz de retenções subversivas, que desafiam os poderes estabelecidos por meio do ato de lembrar.

A breve discussão entre Alicia e o estudante extrapola a aparente contenda da autoridade instituída contra o entusiasmo visionário, e não se restringe às polaridades exacerbadas pela luta de classes. O que está em jogo é a concepção de verdade do passado, o que remete tanto ao fluxo sucessivo dos eventos quanto às possibilidades de enunciá-lo na distância temporal. Para a professora, a história dá conta dos acontecimentos decorridos e atesta sua exis-

tência na força dos livros e das provas empíricas, isto é, os documentos. Com efeito, o tempo parece tomar a forma de uma seta apontada para o futuro, descrevendo um trajeto linear. Na sua marcha, esse tempo assemelhado a um ente auto-referido tem uma compulsão aditiva, vai acumulando massas de fatos que depois ganharão as páginas dos compêndios escolares. O passado assume contornos estáveis e legíveis, cuja transparência se oferece, como livro aberto, ao olhar do estudioso. Difícil é não percebê-lo (ou não enxergá-lo), já que ele aumenta em “volume factual” à medida que o tempo passa.

O passado evocado na lembrança da morte de Mariano Moreno – com implícito e profundo rebatimento nas vítimas recentes do regime militar – tem, em contrapartida, outra qualidade ética e filosófica. Não apresenta a robustez ou grandiloquência dos fatos momentosos e das realizações do Estado. Em vez disso, anuncia uma fragilidade irresistível que pode, repentinamente, sucumbir ao esquecimento. Diferente do passado ontológico e consumado, sugerido nas alterações de Alicia e refulgente na beleza duradoura do mármore, os fragmentos dispersos que a memória tece em narrativas ordinárias se esgueiram com a plasticidade da murta,<sup>4</sup> insinuam um passado ainda em aberto, inacabado, à espera de que a ação política do tempo presente venha redimi-lo, encontrar nele germes de futuros que não vicejaram.<sup>5</sup> Aqui, a história não figura como descrição mimética do que realmente aconteceu, pois tal presunção de objetividade demanda uma estratégia retórica de ocultamento daquele que enuncia o discurso.<sup>6</sup> O compromisso do saber histórico repousa em outro registro de pensamento: ele não ambiciona uma ilusória “fidelidade aos fatos”, mas reivindica a tarefa de dar a conhecer uma memória do devir, atenta a perspectivas que, no passado, desenharam horizontes de futuro não-coincidentes com o tempo presente.

Resta, no entanto, a indagação: se a história não se limita ao puro reino do factível, nem se compraz com a subserviência aos documentos, qual sua especificidade e os propósitos que lhe sancionariam um lugar próprio na esfera do pensar e do agir humanos?

## **Sobre as (f)utilidades da história**

Interpelar a história a respeito das serventias e objetivos que lhe cabem provoca questões paralelas, instiladas pelo enredo do filme. Uma delas seria estabelecer o que distingue a prática historiográfica do fazer literário.

No bojo de “A história oficial”, as diferenças saltam aos olhos, quando dirigidas aos profissionais que lecionam as respectivas disciplinas. O professor de literatura faz implodir as hierarquias em sala, desenvolve junto aos estudantes uma relação de proximidade que não se limita à simpatia. Efetua um trato de cumplicidade. As aulas chegam a dissipar o ranço escolar, transfiguram-se em ensaios teatrais com direito a pantomimas e fantasias de improviso. Se comparadas à postura distante e formal de Alicia, o contraste é tão evidente que dispensa maior atenção. De maneira didática (e com riscos de simplificação), o filme converte os dois professores em encarnações típicas dos saberes que transmitem. A mensagem não poderia ser mais inequívoca: a literatura emancipa o espírito, alimenta as energias criativas, constrói universos ficcionais que desmascaram e transcendem a pobreza da realidade. A história é o reduto da opressão, age como guardiã dos valores cívicos e do autoritarismo institucional, castra a imaginação em nome de um conhecimento feito alhures, imposto aos alunos em moldes dogmáticos que degradam o potencial dialógico da aprendizagem. Em suma, a história empreende um confisco do passado a fim de justificar situações de poder.

Diante de antinomia tão veemente, beirando a caricatura, o espectador arguto pode inquirir: em uma conjuntura democrática, que respeita a livre expressão das idéias, a história ensinada permaneceria intacta, infensa ao dinamismo da sociedade? Seria ela capaz de manter alguma diferença em relação à literatura?

Parece fácil responder “não” à primeira pergunta, porquanto é inviável pensar a democracia, sem o exercício permanente da crítica e da possibilidade de mudança. O segundo questionamento requer exame mais detido e acolhe uma distinção anterior, entre

História e historicidade. A História corresponde a um movimento uniforme e linear na direção de uma finalidade pressuposta, seja ela o engrandecimento da pátria e a glorificação dos heróis, seja a culminância do progresso universal ou o triunfo da civilização ocidental. Ora, tal concepção impõe à diversidade dos fenômenos temporais um enquadramento ordenador, rígido e hierárquico, que postula o que seria ou não relevante e digno de menção.

Quando se fala História, quando se enuncia a História como conceito, supõe-se um fundamento de organicidade através do qual ela é constituída, supõe-se que ela se formula através de padrões de regularidade, articulando-se como uma unidade. Se ela é uma unidade regular, possui internamente uma configuração hierárquica das diferentes cadeias de eventos, algumas são consideradas mais relevantes, outras menos. E as que são mais importantes o são por corresponderem a um princípio finalista, que é aquela direção para a qual a História em princípio estaria caminhando. Portanto, quando se fala História, remete-se a todo esse construto, que precede a observação que se vai fazer de qualquer evento ou cadeia de evento. (SEVCENKO, 1996, p. 13).

A História, nesse sentido, tende a confluir para os ensinamentos de Alicia. A historicidade, por seu turno, consiste na manifestação de eventos no tempo. Sua noção fundante é a singularidade, o caráter único e irrepetível dos seres humanos, das circunstâncias em que vivem e das ações que desempenham no fluxo temporal. Uma narrativa inspirada na historicidade se mantém atenta à multiplicidade dos sujeitos sociais, reconhece sua pertinência intrínseca e rejeita qualquer estruturação em termos de linearidade, hierarquia e exclusão. Exemplo disso é o protesto silencioso dos estudantes, afixando no quadro-negro recortes de jornal sobre os desaparecidos. Um tema negligenciado em sala, quase tabu, irrompe do olvido e reivindica um espaço próprio no interior da discussão dos temas históricos usuais.

Quando se posiciona avessa às configurações de poder ou legitimações de domínio, a história, na segunda acepção, não de-

mole as motivações específicas que a separam da literatura, pois reitera o compromisso com os vestígios de épocas anteriores, não para instaurá-los como prova infalível de sua argumentação, mas tratá-los enquanto materiais que tornam possível a construção de uma narrativa sobre o passado. Nicolau Sevckenko ressaltou essa diferença de intenções:

Há dentro da ficção uma preocupação, que é a de constituir um universo simbólico paralelo, relacional ou alternativo. No caso da pesquisa histórica, existe enorme aparato que garante uma específica qualidade de rigor e consistência entre discurso e pesquisa empírica, compromisso que não tem o escritor de ficção.<sup>7</sup> (SEVCENKO, 1996, p. 29).

Depreende-se, portanto, que o regime de veracidade próprio ao contrato do historiador, em relação ao passado, não coincide com as estratégias da criação literária. Paul Ricoeur observa a singularidade que marca a escrita da história: “as construções do historiador têm a ambição de ser reconstruções mais ou menos aproximadas do que um dia foi ‘real’.” (RICOEUR, 1997, p. 175).

A noção de um dever de ofício que remete ao curso dos acontecimentos progressos não funciona como dispositivo cerceador ou repressivo. Seu papel é o de reiterar um compromisso ético entre as épocas e gerações, cuja efetivação repousa na invenção (no duplo sentido de descoberta e criação) dos documentos em sua constituição basilar, enquanto rastros. O rastro comporta um enigma: o de ser, ao mesmo tempo, vestígio da passagem de algo por um determinado lugar e marca deixada por esta ação. O rastro se apresenta no instante atual – aqui e agora – contudo remete a uma presença que agiu antes. É, portanto, o resíduo longínquo de um gesto ou atividade transcorrida no passado. Em sua condição de reportar a uma marca que atesta ocorrências anteriores, o rastro indica sem mostrar. Opera uma referência indireta e, ao fazê-lo, transfigura o passado em algo simultaneamente findo, porque decorrido; e inacabado, porque persiste no tempo presente, conservado em sua fragilidade.

Assim como as memórias, os rastros reenviam a um passado que, de outro modo, estaria irremediavelmente perdido, inacessível pela distância temporal. Por isso, a destruição sistemática de vestígios e sua interdição à consulta pública constituem procedimentos usuais em regimes de exceção. Apagar os traços, restringí-los a arquivos confidenciais, bloquear o seu acesso representam tentativas de abolir o passado mediante a supressão dos indícios que testemunham sua existência e longevidade na época presente. Os desaparecidos na Argentina constituem exemplo eloqüente das pressões oficiais voltadas ao predomínio da amnésia social, desse gesto que agudiza a violência e recrudesce o mal ao impor a lei do silêncio.

Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 1996, p. 426).

Em "A história oficial", narra-se a peregrinação de Alicia a diversos órgãos do governo, buscando informações fidedignas sobre os pais biológicos de Gaby. Várias mães e avós fazem, todos os dias, esse trajeto doloroso. Permanecem horas a fio em bancos de repartições, à espera de qualquer notícia dos familiares cujo paradeiro se desconhece e se teme vir a conhecer. As ditaduras modernas procuram dominar com destreza o monopólio da informação, alçada à questão de segurança nacional, pois receiam o potencial ameaçador da livre circulação de idéias e opiniões. A censura aos meios de comunicação é somente um aspecto do controle político; outro, igualmente vital, reside na transformação de instituições públicas em estatais, que sonegam e confiscam dados de interesse da sociedade civil em nome da razão de Estado.

Em conjunturas de autoritarismo político, também a história é mobilizada em favor da dissimulação da violência e da aceitação do poder. A caminho do aeroporto, Alicia toma parte numa conversa entre amigos do seu marido. Um deles demonstra certa preocupação bem-humorada com o descrédito da juventude em relação



à história nacional. Teria ouvido de um estudante que este duvidava de um fato memorável: a travessia de Rosas pelos Andes. Uma atitude certamente inquietante, tanto pela incredulidade no que tange ao passado, quanto pela recusa de admitir a narrativa oficial como princípio ordenador da cadeia dos eventos. Ao fim, o temor dos detentores do poder não é exagero, pois, se a História (na primeira acepção do termo) perde sua credibilidade, como será possível dar sentido e legitimidade à dominação atual?

Nesse momento, aflora um questionamento central sugerido no filme, embora não tematizado explicitamente: servirá a história para algo que não o enaltecimento da memória dos vencedores e a sanção do poder instituído? Existiria alguma perspectiva de empregar o saber histórico em outros termos, desvencilhados da vontade de domínio e da necessidade de silenciar os oprimidos? Na sociedade democrática, resta algum campo de intervenção crítica sobre a realidade que cabe somente à prática dos historiadores enfrentar?

Ainda é plausível responder afirmativamente a essas indagações. Para tanto, importa salientar a riqueza semântica do termo “história”, que designa três fenômenos diferentes e entrecruzados: sucessão de eventos no tempo; investigação científica, procura das ações que os homens empreenderam; narração ou relato desses feitos. A história, então, diz respeito ao tempo, ao agir humano e à linguagem. Sua tripla vinculação permite entender que as sociedades humanas vêm à existência no curso temporal, descrevem trajetórias singulares e dão a conhecer o conjunto das experiências por meio de enunciações discursivas que, a exemplo dos rastros, falam delas em sua ausência.

Partindo das observações em tela, pode-se falar, de Lucien Febvre, em “Função social da história”, que repousa precisamente na articulação da distância temporal, de modo a organizar o passado como objeto de conhecimento, com vistas a responder as demandas do presente. Dessa tênue congruência de temporalidades, parece surgir menos a dicotomia metódica sujeito/objeto e mais um princípio de solidariedade entre passado e presente, que suspeita de qualquer busca por investigar os eventos já ocorridos sem a clara pretensão de compreender o próprio tempo em que se vive.<sup>8</sup>

Obviamente, o saber histórico pode e deve expandir tal propósito, já por si bastante profícuo, a fim de inserir no horizonte de sua formulação a dimensão de futuro.<sup>9</sup> Assumir tarefa de tamanha magnitude implica transformar a história em algo que extrapole o câmbio passado/presente e que promova uma dupla conquista: liberar o ser humano do passado e do presente, na perspectiva da construção de um futuro menos sujeito às amarras da tradição e mais próximo da ação política contemporânea. Para tanto, a história atuaria como instrumento cognitivo capaz de instruir os homens sobre a contingência e abertura do presente, que no passado emergia como devir incerto e carregado de possibilidades das quais uma se concretizou efetivamente, em consequência de deliberações dos sujeitos sociais que nos precederam. Diante de pretensão tão ambiciosa, e por isso mesmo imprescindível, parece inviável segmentar o saber histórico da prática política. As duas esferas – o pensar e o agir – estão visceralmente associadas. E no seu interstício, o historiador adota o papel de mensageiro da necessidade de uma passagem temporal eticamente responsável, que concebe no porvir uma realidade não-fatalista e propensa à mudança – tendência a ser construída no ímpeto do presente e no entendimento do passado.<sup>10</sup> Essa aposta no cunho emancipatório da investigação histórica faz parte do corolário do historicismo realista, cujos arautos compõem uma tríade seleta – Hegel, Balzac e Tocqueville:

Em síntese, todos os três interpretavam o fardo do historiador como a responsabilidade moral de libertar o homem do fardo da história. Não viam no historiador alguém que prescreve um sistema ético específico, mas viam nele alguém incumbido da tarefa especial de induzir nos homens a consciência de que sua condição presente foi em parte um produto de opções especificamente humanas, que poderiam ser mudadas ou alteradas pela ação humana exatamente nesse grau. A história, assim, sensibilizava os homens para os elementos dinâmicos contidos no presente, ensinava a inevitabilidade da mudança e desse modo ajudava a liberar esse presente do passado sem revolta nem ressentimento. (WHITE, 2001, p. 62).

## **Memória: entre o dever e o devir**

Uma das cenas mais pungentes de “A história oficial” se desenrola num café, onde Alicia trava diálogo com uma senhora cuja filha e genro foram presos, e dos quais nunca mais tivera notícia. As lembranças dolorosas dificultam a conversa, cada palavra pronunciada traz consigo um caudal de angústia e pesar. Naquele instante, a memória se tornou quase impotente: parece incapaz de desfiar o seu enredo, clama por um apoio na matéria, precisa valer-se dos poucos rastros inteligíveis ao interlocutor estranho – duas fotografias. A primeira retrata uma dupla de crianças em trajes de banho, a segunda mostra um casal jovem com a indumentária característica do rito matrimonial. Este par de imagens tão distanciadas no tempo se torna o esteio que sustenta o fio precário das recordações. Ao escutar o relato da perda e sentir o horror da ausência sem despedida, Alicia chorou. A linguagem verbal rompeu os diques da compaixão, transbordou em pranto. Para a mãe reduzida à orfandade, as lágrimas já não servem sequer como lenitivo. Alicia chora, pois tem de preencher a lacuna das palavras. É preciso dizer o inenarrável sem reverenciar ao silêncio.

Sintomaticamente, é por meio da memória, e não da história, que a protagonista cede ao apelo do passado. Em princípio, as lembranças provêm de experiências alheias: a amiga torturada e violentada nos cárceres do governo; o cunhado, que deplora as vidas ceifadas pela guerra contra os ingleses; o sogro anarquista, indignado com o filho que prosperou às custas da miséria da nação. Com o retorno da democracia, as manifestações de protesto em logradouros, exigindo providências contra os dignitários do regime militar, as peregrinações das mães de desaparecidos, o inventário das atrocidades veiculadas na imprensa são outras tantas irrupções, na esfera pública, decorrentes das feridas abertas na sociedade argentina durante os anos de ditadura. Entre a mobilização coletiva e as confidências da intimidade, Alicia decidiu enfrentar temores que não podiam mais ser esquecidos.<sup>11</sup>

Ao longo do filme, percebe-se que a relutância da professora, em acreditar nos esquemas de extermínio implantados pelo sistema autoritário, guarda raízes, em parte, independentes da classe social ou do conflito ideológico. Convencer-se da matança sistemática exige uma avaliação severa de sua postura apática, da opção conformista de não se envolver em política. A procedência mascarada de Gaby amplifica os percalços da omissão e da culpa. Com o tempo, as marchas em favor dos direitos humanos e da memória dos desaparecidos se interpenetram às recordações pessoais de Alicia, notadamente a perda súbita e precoce dos pais. Ela chega a falar do misto de rancor e frustração que durou anos, por não conseguir assimilar os motivos de seu abandono. Os parentes próximos repetiam a fórmula dissimulada: “Seus pais estão viajando.” Este foi o modo desastroso de poupar a menina da consciência da morte. Paradoxalmente, o contato implacável com as lápides do casal libertou a filha da espera indefinida, dirimiu a dúvida e fez a reparação necessária, mediante o anúncio mudo da finitude. Com a lúgubre inscrição no mármore, Alicia ganhou o direito ao luto, direito repetidamente negado aos familiares dos desaparecidos. Movida por um sentimento de pujante gratidão, ela proferiu a sentença mais bela e surpreendente da película: “quando vi o túmulo, comecei a perdoá-los.”<sup>12</sup>

Esta frase, a um só tempo misteriosa e reveladora, afirma a ligação profunda entre vestígio, memória e morte.<sup>13</sup> Na fragilidade intrínseca das lembranças e dos rastros, o passado se mantém unido ao presente, vínculo precário e, continuamente, ameaçado de perder-se. Até o encontro póstumo, os pais de Alicia eram também, a seu modo e em sentido lato, desaparecidos: o traço comum entre eles e as vítimas da perseguição política não se define pela morte, e sim pela ausência de sepultura. Recusar aos mortos o indício da existência derradeira, a marca de sua passagem pelo mundo constitui iniciativa programada a serviço do esquecimento, implica o decreto de um segundo aniquilamento, agora pela desagregação do lembrar.<sup>14</sup> Nesse contexto, o terror do Estado não se limita a ocultar os corpos dos assassinados, mas tenciona apagar as marcas

da violência institucional. Aos falecidos se buscava negar a possibilidade digna de uma sobrevida na memória dos outros.<sup>15</sup> Uma vez mais, vem à tona o laço substantivo que integra linguagem, recordação e rito fúnebre na construção do passado. Na sua faina de sonegar informações e eliminar os cadáveres, os agentes da repressão praticavam o seqüestro da palavra dissonante: as denúncias dos massacres eram por vezes recebidas com descrédito. Vozes de crítica se viam anuladas, em virtude de um protesto sem provas, agudizando a privação do túmulo através da corrosão do sentido, ou seja, a impossibilidade de narrar. Ressaltem-se, em especial, as mães em vigília permanente na Praça de Maio estigmatizadas como loucas.

Desenrola-se um conjunto de tensões entre forças sociais antagônicas, cujo objetivo primordial é a construção de testemunhos duradouros no interior da memória coletiva.<sup>16</sup> Nesse campo extremamente volátil, sujeito às contingências do esquecimento e da manipulação, os sequazes do regime militar desqualificaram os relatos e suspeitas sobre execuções sumárias então perpetradas. No ocaso da ditadura, o governo chega a emitir um documento final acerca das atividades levadas a cabo contra a subversão e o terrorismo das guerrilhas, e propõe que só “a história” poderá avaliar as responsabilidades em torno das ações realizadas. A aposta no poder supremo de um julgamento a cargo da História sugere certa confiança na capacidade de embotamento do passado, movida pela amnésia social. Em sua defesa, os comandantes militares poderiam mesmo invocar o postulado de que não há como acusar os combatentes patriotas sem provas materiais conclusivas, o que naturalmente excluiria o clamor dos movimentos civis, tido por altamente contestável posto que baseado em lembranças. Diante de tal situação, enquanto profissional voltado à reflexão crítica sobre a memória social, o historiador deve adotar uma postura ética, e não jurídica.<sup>17</sup> Cabe reiterar que esse lastro ético supõe, necessariamente, o exercício de articular as diversas temporalidades e experiências, assentando em duas prescrições distintas e complementares: uma de ordem epistemológica, a outra de caráter genealógico. Na primeira perspectiva, efetua-se a seguinte advertência: a parcimônia

de evidências oficiais acerca dos crimes em questão não invalida o teor das denúncias, pois todo documento é fabricado – quer se trate de arquivos policiais, quer de recordações privadas – e, como tal, tem de ser posto em xeque. Não existe vestígio neutro, puro, objetivo; nem se pode asseverar que determinada tipologia de fontes guarde, em si, um cunho fidedigno ou inquestionável em relação às outras. Entre narrativas orais e registros escritos, é falacioso propugnar qualquer preponderância de verdade.

A instância da genealogia evoca, por seu turno, a raiz etimológica do termo “história”, ligada às noções de testemunha – “aquele que vê” – e de investigação – “procurar saber”. (LE GOFF, 1996, p. 17) É bem verdade que tal “busca pelas origens” esconde, geralmente, ambições de legitimidade que credenciam certa atividade intelectual a um estatuto científico. De modo que este desvendamento das filiações primeiras constitui preocupação posterior (não raro presa do anacronismo), quando os historiadores, ao longo do século XIX, se esbatem por delimitar um campo de saber próprio e autorizado, com regras e procedimentos que o separam das demais disciplinas. Com efeito, é mister salientar a percepção de uma diferença temporal e semântica entre a concepção antiga – historiador como testemunha direta ou indireta – e a noção atual – pesquisador que empreende a crítica sistemática dos documentos (GAGNEBIN, 1997, p. 15). Contudo, resiste a seguinte afinidade: produzir um relato que discorra sobre as ações realizadas pelos homens, balizado em informações dos que viveram, recordaram ou guardaram registros delas.<sup>18</sup> Nesse sentido, a história, enquanto operação cognitiva, reporta ineludivelmente a dois componentes de interpretação da realidade: a linguagem (através da narração) e a investigação (por meio dos indícios e das problemáticas que direcionam a pesquisa). Ora, uma vez que os eventos humanos no curso do tempo constituem singularidades, portanto fenômenos irrepetíveis, os rastros que deles ficam são também específicos, concernem somente às experiências que os produziram.

Em alguma medida, o respeito prestado a esse discurso do particular se expressa na preocupação com recolher e conservar os sinais dos tempos, o que não é de todo refratário aos propósitos da

memória, empenhada em selecionar, ordenar e recontar um passado que não se manifesta inconsútil, mas em fragmentos. Portanto, a despeito das características que permitem elucidar as diferenças irremissíveis entre história e memória,<sup>19</sup> ambas efetuam uma convergência duradoura em duas instâncias, embora por caminhos não-coincidentes: a relação com o esquecimento – a memória tende a combatê-lo (e também a fabricá-lo), ao passo que a história o aborda por mediações interpretativas – e a incumbência de construir, sobre a base dos acontecimentos passados, quadros de referência que sirvam como pontos de orientação para o presente e o futuro. Sem embargo, essa problemática comum não deve sugerir uma falsa identidade entre os dois modos de lidar com a dimensão temporal das sociedades humanas. À pesquisa histórica compete tornar a memória social objeto de suas investigações, inclusive no que tange à cooptação do arcabouço das recordações coletivas pelas tradições inventadas, com fins ideológicos de instituir a coesão nacional em torno de um passado comum consolidado pelo Estado-nação (HOBSBAWM; RANGER, 1997). Resta, contudo, uma atribuição crítica a que o conhecimento histórico não pode se furtar: perceber a memória sob o paradoxo que a constitui – o de não configurar faculdade psíquica ilimitada ou repositório estável de informações; ao invés, ela existe como prática social em transformação incessante. Ao reter e perpetuar algumas lembranças e não outras, a memória atua na produção do esquecimento. Dito de outro modo: só porque apaga, seleciona, desagrega o real acontecido, destituindo-o de sua inteireza, é que o gesto mnemônico se torna capaz de lembrar. É preciso instituir zonas do olvido a fim de salvaguardar réstias para o trabalho da recordação. Com efeito, exigências misteriosas unem memória e linguagem: falar das coisas é nomeá-las, dirigir-se a elas em sua ausência e fazê-las presentes como objeto de enunciação. Da mesma forma, narrar uma experiência passada implica comunicá-la àqueles que não a testemunharam, fazendo dessa transmissão pela palavra uma possibilidade frágil e preciosa de acolher o vivido na lembrança, ao preço de que tal proeza nunca será instrumento de uma restituição plena do passado.<sup>20</sup>

Nesse momento, é possível retornar ao ponto de onde partiu a reflexão: o contato inicial de Alicia com os jovens estudantes. Em seu primeiro dia de aula no colégio, a professora expressa uma definição categórica que ecoa ao longo de séculos na tradição ocidental: “A história é a memória dos povos.” Apesar de convencional e repetida, a assertiva de Alicia induz à reflexão. Observada em um plano mais simplório, ela referenda o papel da memória como depósito objetivo do passado, uma espécie de tesouro inestimável de experiências e ensinamentos que caberia aos historiadores preservar e transmitir para a posteridade. O saber histórico terminaria por abdicar de sua função crítica (na verdade, ela sequer seria cotejada) em favor de uma tutela dedicada, assegurando ao passado a condição de preceptor do futuro. Tal concepção – hegemônica até o século XVIII – ela reitera a fórmula ciceroniana: *historia magistra vita* (a história é a mestra da vida). Os fatos que ela relata deveriam instruir os homens para evitar os erros antes cometidos e imitar as condutas exemplares (KOSELLECK, 1993, p. 41-66). Ora, prescrever, nesses termos, uma chancela moral da história significa atribuir-lhe um cunho doutrinário, que desconsidera as temporalidades específicas de cada época, e neutraliza as diferenças substantivas entre os diversos períodos do passado. Há muito, esse entendimento da memória e da história vem sofrendo sérias contestações. Não se pode investí-las (à memória e à história) do sentido de relicários ou oráculos capazes de impor a condução do tempo presente por um jugo supostamente plenipotenciário. Ambas são, em perspectivas distintas, reconstruções do passado.

Contudo, a simples digressão negativa é insuficiente. Resta captar, no argumento de longuíssima duração enunciado por Alicia, qual o tipo de articulação a ser mantido entre o conhecimento histórico e o ato de recordar. Ao invés de efetuar a guarda das ações tidas como grandiosas, à história se deve reivindicar a reflexão lúcida sobre os usos e manipulações da memória coletiva, as pressões que induzem à amnésia social, os campos de força que subjazem aos confrontos públicos e privados e determinam o que lembrar e o que esquecer. No caso dos desaparecidos na última ditadura militar



argentina, cabe ir além do papel judiciário que outorgaria aos familiares das vítimas o ônus da prova objetiva. Também não convém sujeitar-se docilmente ao movimento de pura denúncia. É imprescindível ter em conta essas balizas para transcendê-las. Elaborar trilhas de interpretação capazes de perceber que, em situações-limite, as lembranças dos conflitos e as lutas em torno da legitimidade dessas memórias são partes indissociáveis de um mesmo processo. Essa postura não deixa margem para a contemporização e o realismo cínico: ao salientar a necessidade da coexistência (pacífica ou tensa) entre as múltiplas formas e conteúdos das recordações, o historiador destaca a importância da pluralidade dos grupos sociais e das diferentes escalas de valores que preconizam os aspectos culturais dignos de lembrança.<sup>21</sup> Além disso, o reconhecimento da energia vital construída na diversidade rechaça, sem hesitação, as tentativas oficiais de censura do passado, que pretendem instituir a versão autorizada. Daí o porquê do fato de estudar o emprego sistemático do esquecimento, em questões relacionadas ao poder instituído, significar, também, contrapor-se à supressão dos rastros e à repressão velada. A própria escolha temática já acarreta posicionamento político, atento às memórias não-hegemônicas, e responsabilidade ética com o passado:

Houve outrora um funcionário chamado 'Lembrete'. O título na verdade era um eufemismo para cobrador de dívidas. A tarefa oficial era lembrar às pessoas o que elas gostariam de ter esquecido. Uma das mais importantes funções do historiador é ser um lembrete. (BURKE, 2000, p. 89)<sup>22</sup>.

Por último, urge notar um traço estético que imprime à narrativa de "A história oficial" um caráter distintivo. Ao longo do filme, sobressai um número razoável de personagens meio intangíveis. Sua força povoa diversas seqüências do longa-metragem; contudo, permanecem refratários ao olhar da câmara, simplesmente recusam a possibilidade de uma apresentação trivial. Tal como a noção de rastro, eles nunca se mostram diretamente, mas indicam algo que se passou. São os desaparecidos. Um trecho da película que reportasse,

vividamente, à crueza dos seqüestros e torturas, embora agressivo para espectadores delicados, possivelmente cumpriria sem grande mediação a tarefa pedagógica de expor os horrores concretos perpetrados pelas forças de segurança. Misteriosamente, o filme omite cenas do gênero. Essa ausência se torna mais insuportável que a apresentação de quaisquer métodos de coação física. Com uma sutileza que entorpece e apavora, a inviabilidade da aparição (das vítimas mais extremas, dos seus algozes, dos cadáveres, dos arquivos oficiais) acentua o limite da dor inconcebível – aquela que corre o risco de não ser ouvida nem partilhada por estranhos, pois quase não há suportes materiais que falem da perda. A palavra se encontra na iminência de uma captura incontornável. Para que não se esgarce a ponto de anular a transmissão da experiência e o desejo de justiça, é preciso narrar. Por outro lado, essa narrativa produz a sobrevida da memória, ao reconstruir as tramas do passado no momento da enunciação. Tão diversos quanto os relatos são os meios que exprimem – e também constroem – seus sentidos. Diante da solidão das vozes que carecem de ressonância, reinventam-se marcos simbólicos que acolham a lembrança do terror – monumentos públicos, rondas nas praças, fotos dos entes queridos, pequenos objetos que sussurram a trajetória de uma vida. Em destaque, a advertência capital: o fantasma mais implacável é o que apaga suas marcas; a violência mais insidiosa é a que nega suas mazelas; esquecer as arbitrariedades significa promover uma segunda imolação de suas vítimas.

“A história oficial” não revela os cidadãos que o regime militar raptou, encarcerou, seviciou e assassinou clandestinamente. E não o faz precisamente porque sua intenção é apontar não só a brutalidade da perseguição política, mas também a barbárie embutida na atitude de denegação. O passado é, portanto, um objeto de disputa pelo qual vale a pena lutar. Em circunstâncias similares, lembrar se torna, mais que um direito, um dever. Dever que não adere simplesmente ao conjunto das experiências; entabula diálogo entre temporalidades e, nessa dinâmica de interpelar o presente, reafirma a necessidade de se vislumbrar o horizonte de futuro em que refulge o devir:

O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer. (BENJAMIN, 1997, p. 224-225).

## Notas

\* Mestre em História Social pela PUC-SP e pesquisador do Museu do Ceará. Autor de "Fortaleza: imagens da cidade" (2001) e "Paisagens do consumo" (2002).

1. Este filme, dirigido por Luiz Poenzo, recebeu em 1986 o Globo de Ouro e o Oscar de melhor filme estrangeiro, bem como indicação para o Oscar de melhor roteiro original. Norma Alejandro, que compõe o elenco, foi premiada um ano antes como melhor atriz no Festival de Cannes.

2. Essas crianças, seqüestradas com os pais ou nascidas na prisão, recebem geralmente a designação de "apropriados", palavra espanhola que reporta a um gesto de subtração indevida, de apossamento ilegítimo de alguém ou algo. Segundo Catela (2001), criou-se uma ligação visceral entre esta prática criminosa e o regime militar, período em que ocorreram numerosos casos envolvendo o roubo de crianças por conta do rapto e assassinato dos pais verdadeiros. A intenção subjacente residia na desarticulação de famílias tidas como focos de subversão, por meio da entrega dos filhos a indivíduos estranhos, sem laço consanguíneo. Apesar de adotados por outros casais, estes "órfãos do olvido" trazem à tona a crua disseminação de um procedimento ilegal, não incluído nos termos da anistia que o governo Menem concedeu a militares e guerrilheiros já julgados e condenados.

3. Contribuições substantivas (e já tornadas clássicas) da historiografia mais recente imprimiram análises mais conseqüentes da relação entre o saber histórico e os documentos, rechaçando qualquer intuito de converter em fetiches os testemunhos do passado. Em reflexão provocante e original, Paul Veyne tenta desfazer um certo mal-entendido quanto ao que distingue o vestígio e o evento, dada sua vinculação estreita: "existe alguma confusão entre o acontecimento e o documento. Que ele seja vidro inscrito ou biografia de alfaiate, o que chamamos de fonte ou documento é, antes de tudo, um acontecimento, grande ou pequeno: documento pode ser definido como todo acontecimento que deixou, até nós, uma marca material." (VEYNE, 1995, p. 37). Carlo Ginzburg, por sua vez, desenvolveu um argumento brilhante que integra, sob o signo dos pormenores singulares, a história e outros saberes no assim chamado paradigma indiciário, cuja validade se afirma na contraposição ao modelo galileano de ciência, ancorado na linguagem matemática e na experimentação de fenômenos repetíveis e quantificáveis: "A história se manteve como ciência social *sui generis*, irremediavelmente ligada ao concreto. Mesmo que o historiador não possa deixar de se referir, explícita ou implicitamente, a séries de fenômenos comparáveis, a sua estratégia cognoscitiva assim como seus códigos expressivos permanecem intrinsecamente individualizantes (mesmo que o indivíduo seja talvez um grupo social ou uma sociedade inteira). Nesse sentido, o historiador é comparável ao médico, que utiliza os quadros nosográficos para analisar o mal específico de cada doente. E, como o do médico, o conhecimento histórico é indireto, indiciário, conjetural." (GINZBURG, 1989, p. 156-157).

4. As referências ao mármore e à murta como emblemas da solidez estável e da volatilidade caprichosa são tributárias do "Sermão do Espírito Santo", de autoria do missionário jesuíta Antonio Vieira (1608-1697). Diz o imperador da língua portuguesa: "A Estátua de mármore custa muito a fazer, pela dureza e resistência da matéria; mas depois de feita uma vez, não é necessário que lhe ponham mais a mão, sempre conserva e sustenta a mesma figura: a Estátua de murta é mais fácil de formar, pela facilidade com que se dobram os ramos; mas é necessário andar sempre reformando e trabalhando nela, para

que se conserve.” (VIEIRA, 2000, p. 424). Para uma reflexão antropológica, sustentada por farta documentação histórica, sobre os percalços da catequese missionária e a fé intermitente dos gentios convertidos, tomando de empréstimo a metáfora de Vieira, cf. Viveiros de Castro (2002).

<sup>5</sup>. A prosa de Ítalo Calvino oferece uma passagem inspiradora sobre os usos dos passados alternativos com vistas à percepção do infinito campo de possibilidades que se descortina no cruzamento das diversas temporalidades. A seu modo, a ficção – assim como a história – pode expandir a capacidade humana de perceber as experiências do/no tempo sem a predominância da contagem mecânica de instantes sem qualidade, efetuada por instrumentos da vida cotidiana (calendário, relógio, ampuheta etc.). Nas aventuras do viajante Marco Polo, emerge a perspectiva intrigante de pensar a si a partir do outro. De certo modo, Calvino concebe a busca da identidade nos termos de uma procura diuturna pelo diferente. Nessa operação dialética (e dialógica), o passado aflora permeado de virtualidades: “Marco entra numa cidade; vê alguém numa praça que vive uma vida ou um instante que poderiam ser seus; ele podia estar ali no lugar daquele homem se tivesse parado no tempo tanto tempo atrás; ou então se tanto tempo atrás numa encruzilhada tivesse tomado uma estrada em vez de outra e depois de uma longa viagem se encontrasse no lugar daquele homem e naquela praça. Agora, desse passado real ou hipotético, ele está excluído; não pode parar; deve prosseguir até uma outra cidade em que outro passado aguarda por ele, ou algo que talvez fosse um possível futuro e que agora é o presente de outra pessoa. Os futuros não realizados são apenas ramos do passado: ramos secos.” (CALVINO, 1990, p. 28-29).

<sup>6</sup>. Nelson Schapochnik, lançando mão da proposta tropológica de Hayden White, comenta o processo de formação da história enquanto disciplina com pretensões científicas e desvela as convenções retóricas e metodológicas de persuasão do leitor, ao deparar com um texto que parece anular-se para dar voz autônoma aos fatos do passado: “Ao afastar a desconfiança e a dúvida através da imersão total nas fontes para delas extrair a verdade do passado, [o historiador francês do século XIX] Thierry lançava mão de uma poderosa estratégia cognitiva e retórica. Do ponto de vista cognitivo, o texto histórico deveria estar embasado num sólido repertório documental e do ponto de vista retórico, a própria narrativa deveria ser tomada como prova autovalidativa daqueles eventos narrados, criando a ilusão de uma reatualização do passado através do ocultamento do narrador, e, assim, dar a impressão dos fatos falarem por si mesmos.” (SCHAPOCHNIK, 1996, p. 170).

<sup>7</sup>. Em sua busca filosófica por articular a história e a ficção como estratégias narrativas que confrontam as aporias do tempo desencadeadas no pensamento especulativo, Paul Ricoeur assinala seu papel comum: humanizar o tempo através do ato de narrar. Não obstante, os dois grandes modos narrativos possuem características próprias e não-intercambiáveis, e ignorá-las pode acarretar um empobrecimento do potencial criativo que empregam na tarefa de refiguração da experiência temporal: “Uma sólida convicção anima aqui o historiador: diga-se o que se disser do caráter seletivo da coleta, da conservação e da consulta dos documentos, de sua relação com as questões que lhes propõe o historiador, ou até das implicações ideológicas de todas essas manobras – o recurso aos documentos marca uma linha divisória entre história e ficção: ao contrário do romance, as construções do historiador visam ser reconstruções do passado. Por meio do documento e da prova documentária, o historiador está submetido ao que, um dia, foi. Ele tem uma dívida para com o passado, uma dívida de reconhecimento para com os mortos, que o transforma num devedor insolvente.” (RICOEUR, 1997, p. 242).

<sup>8</sup>. Com rara acuidade, Marc Bloch atinou para a necessidade de estabelecer a relação entre as dimensões temporais sob a forma de um duplo câmbio – exigência que ultrapassa a crítica do saber diletante e percebe na orientação do agir presente uma das atribuições éticas da história: “a ignorância do passado não se limita a prejudicar a compreensão do presente; compromete, no presente, a própria ação. [...] essa solidariedade das épocas tem tanta força que entre elas os vínculos de inteligibilidade são verdadeiramente de sentido duplo. A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente.” (BLOCH, 2001, p. 63-65).

<sup>9</sup>. “Uma das tarefas da ciência histórica consiste em introduzir, por outras vias que não a ideologia e respeitando a imprevisibilidade do futuro, o horizonte do futuro na sua reflexão.” (LE GOFF, 1996, p. 25).

<sup>10</sup>. A dívida do agir presente, em relação ao passado, não se coloca em termos de submissão às – ou culto das – épocas passadas. Seu valor inestimável repousa na suspensão da linha do tempo, para realizar a construção da consciência histórica, ou seja, a compreensão de um devir-passado capaz de abrir o horizonte de futuro à contingência e à mudança. Aqui, se afirma o papel ético do historiador: “[...] oportunidade de revisitar, a partir do passado, as múltiplas possibilidades do presente, a fim de pensar o mundo de amanhã.” (DOSSE, 2001, p. 100).

<sup>11</sup>. Para uma reflexão historiográfica sobre o entrelaçamento das lembranças individuais com os ritos da memória pública, ver Lowenthal (1998) e Thomson (1997).

<sup>12</sup>. No filme, Alicia referia-se a seus pais.

<sup>13</sup>. As reflexões que articulam a fragilidade dos indícios e da existência humana, conjugadas no ato de narrar, são inspiradas em Gagnebin (1998).

<sup>14</sup>. “O que está escrito na pedra é uma mensagem muda dos mortos para quem quer que esteja vivo – um símbolo de um sentimento talvez ainda não articulado de que a única maneira pela qual uma pessoa morta vive é na memória dos vivos. Quando a cadeia da recordação é rompida, quando a continuidade de uma sociedade particular ou da própria sociedade humana termina, então o sentido de tudo que seu povo fez durante milênios e de tudo que era significativo para ele também se extingue.” (ELIAS, 2001, p. 41).

<sup>15</sup>. David Lowenthal assevera a dependência da memória coletiva com relação à cadeia das gerações, cujo fio de continuidade tenta manter os canais de transmissão das experiências e valores partilhados em determinado grupo social. Referindo-se a uma tribo africana estudada por antropólogos, ele observa: “entre os suailes, os mortos que permanecem vivos na memória dos outros são chamados de ‘mortos-vivos’; só estarão completamente mortos quando o último que os conheceu morrer.” (LOWENTHAL, 1998, p. 80).

<sup>16</sup>. Conforme Nora (1990, p. 451), a memória coletiva é “[...] o que fica do passado no vivido dos grupos, ou o que os grupos fazem do passado.”

<sup>17</sup>. Ulpiano Bezerra de Menezes advoga a necessidade de interpretar a memória sem adjudicação de valor. Isso significa que não se deve privilegiar o arcabouço das lembranças de um grupo social em detrimento de outros, por conta de uma presumida adequação mais fiel aos eventos do passado. A memória não é mimese da facticidade, ela expressa processos complexos de seleção, adstritos aos valores, experiências e expectativas comuns a uma coletividade. Sua função não reside em evocar com exatidão o que ocorreu, mas propiciar aos homens a reconstrução variável de seu passado sob o influxo do tempo presente. “Sendo construção, criação e mobilização de imagem, a memória constitui função social de alta relevância. Nessa perspectiva, seria improdutivo tentar aferir seu grau de ‘verdade’ (alguma correspondência com um suposto ‘real acontecido’). Ao contrário é fundamental procurar observar, numa sociedade, como se constroem as diversas memórias e qual o uso que delas se faz.” (MENEZES, 1990, p. 31). Sobre as relações entre memória, desejos e sonhos coletivos (cf. PORTELLI, 1993). Para uma discussão teórica das compatibilidades e divergências entre o ofício do juiz e a produção historiográfica, tendo por base o conceito de evidência, ver Ginzburg (1991). Acerca das conexões retóricas e metodológicas entre a fundação da história como disciplina (século XIX) e as convenções dos campos de saber a ela contíguos (direito, medicina e teologia) (BANN, 1994).

<sup>18</sup>. No início de sua “História”, Heródoto anuncia as motivações da empresa a que dedicou longo tempo de sua vida adulta: “Ao escrever a sua História, Heródoto de Halicarnasso teve em mira evitar que os vestígios das ações praticadas pelos homens se apagassem com o tempo e que as grandes e maravilhosas explorações dos Gregos, assim como as dos bárbaros, permanecessem ignoradas; desejava ainda, sobretudo, expor os motivos que os levaram a fazer guerra uns aos outros.” (HERÓDOTO, s. d., p. 31). Nota-se, portanto, a simultânea associação com a narrativa (ao contar os feitos grandiosos) e o pensamento racional (ao explicitar as causas que estabeleceram as hostilidades entre gregos e persas).

<sup>19</sup>. “Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em

permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. [...] A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica.” (NORA, 1993, p. 9). Para uma reflexão sobre os impasses conseqüentes da crise contemporânea da memória, a inflação das instituições de guarda dos restos do passado e os riscos da amnésia social, ver Menezes (1999), Huyssen (2000) e Boutier e Julia (1998).

<sup>20</sup>. “Se podemos assim ler as histórias que a humanidade se conta a si mesma como o fluxo constitutivo da memória e, portanto, de sua identidade, nem por isso o próprio movimento da narração deixa de ser atravessado, de maneira geralmente mais subterrânea, pelo refluxo do esquecimento; esquecimento que seria não só uma falha, um ‘branco’ de memória, mas também uma atividade que apaga, renuncia, recorta, opõe ao infinito da memória a finitude necessária da morte e a inscreve no âmago da narração.” (GAGNEBIN, 1999, p. 3).

<sup>21</sup>. Ao realizar uma sugestiva equiparação metafórica e metodológica entre história e memória social, Peter Burke destaca o papel das lembranças, na constituição das muitas identidades dos grupos sociais, advertindo para a necessidade de indagações sobre os interesses a que servem as utilizações predominantes da memória coletiva: “Diz-se muitas vezes que a história é escrita pelos vencedores. Eles podem dar-se o luxo de esquecer, enquanto os perdedores não conseguem aceitar o que aconteceu e são condenados a remoê-lo, revivê-lo, refletir sobre como poderia ter sido diferente. [...] Em vista da multiplicidade de identidades sociais, e da coexistência de memórias concorrentes, as memórias alternativas (memórias de família, locais, nacionais, e assim por diante), é proveitoso pensar em termos pluralistas sobre os usos das memórias por diferentes grupos sociais, que talvez tenham diferentes visões do que é importante ou ‘digno de memória’. [...] talvez fosse útil pensar em termos de diferentes ‘comunidades de memória’ em um determinada sociedade. É importante fazer a pergunta: quem quer que quem lembre o quê e por quê? De quem é a versão registrada ou preservada?” (BURKE, 2000, p. 83-84).

<sup>22</sup>. Atente-se para uma relevante correspondência entre a metáfora assinalada por Burke – o historiador como cobrador – e a observação referida por Ricoeur – o profissional da história é alguém que se reconhece como “devedor insolvente” (cf. nota 7). Os dois autores reiteram a noção de dívida ética para com o passado, com nuances peculiares: Burke faz menção ao dever de lembrar, de que o historiador se investe na sociedade e no tempo em que vive; já Ricoeur assinala o compromisso da prática historiográfica com o recurso aos vestígios do passado, que a investigação empírica transforma em documentos. Ao passar em revista episódios que fizeram do século XX um período breve – de 1914 a 1989 – e célere – assoberbado por um tempo social cada vez mais voraz e autofágico –, Eric Hobsbawm argumenta que a memória dos historiadores se converte em ferramenta política de afirmação dos vínculos com o passado e dispositivo a serviço da crítica contemporânea ao primado do efêmero: “A destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que outros esquecem, tornam-se mais importantes que nunca no fim do segundo milênio. Por esse mesmo motivo, porém, eles têm de ser mais que simples cronistas, memorialistas e compiladores”. (HOBSBAWM, 1995, p. 13).

## Referências

A HISTÓRIA Oficial. Direção: Luis Puenzo. Produção: Marcelo Piñeyro e Oscar Kramer. Roteiro: Aída Bortnik e Luis Puenzo. Elenco: Héctor Alterio; Norma Aleandro; Chela Ruiz; Chunchuna Villafane e outros. Argentina: Cinemania, 1985. 1 filme (112 min), son., col.

BANN, Stephen. **As Invenções da história**: ensaios sobre a representação do passado. São Paulo: Ed. Unesp, 1994.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas, v. 1).

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOLZ, Norbert. É preciso teologia para pensar o fim da história? **Revista USP**, São Paulo, n. 15, set./nov. 1992.

BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. Introdução: em que pensam os historiadores? In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Passados recompostos**: campos e canteiros da História. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; FGV, 1998.

BURKE, Peter. **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

CATELA, Ludmila da Silva. **Situação-limite e memória**: a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina. São Paulo: Hucitec; Anpocs, 2001.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

DOSSE, François. **A história à prova do tempo**: da história em migalhas ao resgate do sentido. São Paulo: Ed. Unesp, 2001.

ELIAS, Norbert. **A solidão dos moribundos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FERRO, Marc. O filme: uma contra-análise da sociedade? In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Dir.). **História: novos objetos**. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e narração em Walter Benjamin**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

\_\_\_\_\_. **Sete aulas sobre linguagem, memória e história**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

\_\_\_\_\_. Verdade e memória do passado. **Projeto História**, São Paulo, n. 17, nov. 1998.

GINZBURG, Carlo. Checking the evidence: the judge and the historian. **Critical Inquiry**, Chicago, v. 18, n. 1, 1991.

\_\_\_\_\_. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

HERÓDOTO. **História**. São Paulo: Ediouro, [s. d.].

HOBBSAWM, Eric J. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

HOBBSAWM, Eric J.; RANGER, Terence (Org.). **A Invenção das tradições**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano; Cândido Mendes, 2000.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro pasado: para una semántica de los tiempos históricos**. Barcelona: Paidós, 1993.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4. ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1996.

LOWENTHAL, David. **Como conhecemos o passado**. Projeto História, São Paulo, n. 17, nov. 1998.



MENEZES, Ulpiano Bezerra de. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Zélia Lopes da (Org.). **Arquivos, patrimônio e memória**: trajetórias e perspectivas. São Paulo: Ed. Unesp; Fapesp, 1999.

\_\_\_\_\_. Memória municipal, história urbana. **Revista CEPAM**, São Paulo, a. 1, n. 4, 1990.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

\_\_\_\_\_. Memória coletiva. In: LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques (Org.). **A nova história**. Coimbra: Almedina, 1990.

NOVAES, Adauto. Sobre tempo e história. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Tempo e história**. São Paulo: Cia. das Letras; Secretaria Municipal da Cultura, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

PORTELLI, Alessandro. Sonhos ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

REIS, José Carlos. **A história, entre a filosofia e a ciência**. São Paulo: Ática, 1996.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tomo III. Campinas: Papyrus, 1997.

SANTOS, Laymert Garcia dos. **Tempo de ensaio**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

SARAMAGO, José. **O evangelho segundo Jesus Cristo**. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

SARLO, Beatriz. **Paisagens imaginárias**: intelectuais, arte e meios de comunicação. São Paulo: Ed. USP, 1997.

SCHAPOCHNIK, Nelson. As figurações do discurso da história. In: MALERBA, Jurandir (Org.). **A velha história**: teoria, método e historiografia. Campinas: Papyrus, 1996.

SEVCENKO, Nicolau. **Fim da história**: atrator estranho. São Paulo, a. 3, n. 16, jan. 1996.

THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. **Projeto História**, São Paulo, n. 15, nov. 1997.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. 3. ed. Brasília: Ed. UnB, 1995.

VIEIRA, Antonio. **Sermões**. Organização e introdução de Alcir Pécora. São Paulo: Hedra, 2000.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **O mármore e a murta**: sobre a inconstância da alma selvagem. In: \_\_\_\_\_. A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. 2. ed. São Paulo: Ed. USP, 2001.

## Abstract

The text approaches some relations among history, memory and past, from fragments of the Argentine film *The official story*. It also reflects the pressures of amnesia, associated to interests of the militar regime, and the need of remembering as means of fight for human rights. In the middle of conflicts for the legitimate use of the past, the historian must turn memory into an object of knowledge and take an ethical posture related to the past, through narrative based on traces and articulation among the different social temporality.

**Keywords:** history, memory, past, document, narrative, amnesia, temporality, trace.